



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14403 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

INSTITUCIONALIDADE, ESTADO DA ARTE E ESCOLARIZAÇÃO DOS TIKUNA NO ALTO SOLIMÕES - AM

Antônia Rodrigues da Silva - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Marilene Corrêa da Silva Freitas - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: UFAM

INSTITUCIONALIDADE, ESTADO DA ARTE E ESCOLARIZAÇÃO DOS TIKUNA NO ALTO SOLIMÕES - AM

Resumo: O texto apresentar reflexões e análises sobre a educação escolar indígena diferenciada, na perspectiva de compreender em que circunstâncias históricas a educação escolar indígena é diferente da educação nacional. O método compreensivo de Weber (1991) foi o aporte teórico-metodológico privilegiado neste estudo. Para efeito de análise, foram elaboradas três construções, “tipo-ideais”, representando as maneiras distintas de conceber a educação escolar indígena: ação social dos agentes do governo; ação social dos cientistas e na ação social dos próprios índios. O caráter interdisciplinar exigiu uma imersão na fonte teórica da Sociologia, da Antropologia, da História e da Educação como campos epistêmicos indispensáveis à compreensão do objeto de pesquisa. Evidenciou-se que a educação escolar indígena diferenciada, não existe, nem na forma das políticas educativas, tampouco, na realidade das escolas Tikuna do Alto Solimões - AM.

Palavras-chave: Educação escolar indígena, Diferenciada, Povo Tikuna,

Convém pontuar, que falar de educação indígena é abordar um contexto de diversidade cultural complexo, pois no Brasil existem mais de “218 povos indígenas [...] falantes de 180 idiomas que, progressivamente, vêm afirmando diferenças e semelhanças culturais produzidas na dinâmica histórica de cada etnia” (BERGAMASCHI, 2005. p. 401).

É certo afirmar, que se vive um momento elástico no tocante às leis, ações, programas e projetos direcionados a implementação do paradigma da educação escolar indígena

diferenciada nas escolas indígenas de todo o Brasil.

Seguindo a compreensão de que, atualmente, é consensual, entre muitos pesquisadores e agentes do governo a ideia de formular a educação escolar indígena como específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, encontra-se uma lacuna neste parâmetro idealizado, que não contempla em estudos científicos uma análise crítica da materialidade na educação escolar indígena diferenciada em processo, em muitas escolas indígenas do Brasil.

E, diante dessa afirmação, cumpre procurar respostas a questionamentos como: O que seria a educação diferenciada para os povos indígenas frente à realidade plural multiétnica do Brasil? Existiria, pois, um tipo de escola para cada um dos mais de cento e oitenta povos indígenas presentes no Brasil? Qual o significado da educação escolar indígena diferenciada para o povo Tikuna? Pretenderiam eles uma educação diferenciada ou a educação formal com qualidade social? Essa educação diferenciada se daria pela base linguística, cultural ou pelas duas? E, por fim, a educação diferenciada importa-se em amenizar ou acirrar as desigualdades sociais?

Frente ao atual cenário da escolarização indígena no Brasil e à experiência e vivência com o povo Tikuna, residente no Alto Solimões - AM, cuidou-se em realizar um estudo crítico e reflexivo sobre a educação escolar indígena diferenciada. O estudo dedica a abordagem às concepções e práticas educativas para revelar em que circunstâncias históricas a educação escolar indígena difere da educação nacional.

Para tanto, partiu-se da hipótese de que a educação escolar indígena, específica e diferenciada, foi pensada e produzida a partir de uma reflexão antropológica crítica e libertária, em recusa ao modelo de educação redentora praticada e introduzida pelos jesuítas por meio da catequese nos primeiros contatos dos índios com a sociedade europeia.

O caráter interdisciplinar exigiu uma imersão na fonte teórica da Sociologia, da Antropologia, da História e da Educação como campos epistêmicos indispensáveis à compreensão do objeto de pesquisa.

Na perspectiva de atender o objetivo proposto, utilizou-se o método compreensivo de Weber (1991) como aporte teórico-metodológico para ancorar este estudo, porque a heurística fundante deste método supera as tradições científicas de base positivista e abre novas perspectivas de estudo da realidade social e cultural. Para Weber (1991) as ciências sociais são ciências da cultura porque buscam explicações para tudo aquilo o ser humano realiza (arte, crença, política, religião, valores morais, modos de existências e de produção do conhecimento).

Para efeito de análise, foram elaboradas três construções, “tipo-ideais”, que representam as maneiras distintas de conceber a educação escolar indígena, quais sejam: na ação social dos agentes do governo; na ação social dos cientistas que a estudam e na ação social do povo Tikuna.

No processo de construção deste trabalho realizamos dois movimentos acadêmicos. O primeiro intitulado de teórico-epistemológico, nos apropriamos de elementos necessários à compreensão do tema proposto, analisando os fundamentos históricos, filosóficos, legais, teóricos e epistemológicos. Essa parte caracterizou-se como o processo de construção do objeto de pesquisa ou a aproximação científica com o tema investigado, e; o outro movimento, denominado de teórico-metodológico, envolveu uma incursão na realidade empírica, pondo em evidência a pesquisa propriamente dita.

Durante a fase da pesquisa de campo, realizou-se um exercício compreensivo, estimulando os colaboradores a formular explicações para as ações empreendidas pelas ações envolvidas, ou seja, a ação social dos sujeitos (WEBER, 1991) e suas práticas educativas, além do que foram registradas as interpretações e comentários que surgiram. Desse modo a dialética compreensão/interpretação orientaram nossas análises, mas com o cuidado para não incorrer no exagero das interpretações.

Os estudos revelam que o contato com o europeu colonizador trouxe uma demanda educacional para os povos originários do Brasil, até então desconhecida por eles. Fato é que as primeiras experiências de escolarização colaboraram para a dizimação cultural e linguística de milhares de povos.

Pelo seu caráter integracionista e assimilacionista, no princípio, os povos originários construíram uma aversão à escolas. Mas, no momento em que a escolarização passou a ser compreendida como um instrumento de luta e de inclusão social, todos os povos indígenas passaram a reivindicar a escola.

A tematização acerca das políticas públicas para os povos indígenas não se reduz às ações governamentais do Estado colonial e do Estado brasileiro. Cabe destacar, nesse sentido, a participação ativa dos atores sociais, que muitas vezes não é reconhecida pelo Estado e/ou pela sociedade. Segue assim, que os indígenas têm sido sujeitos políticos da sua história, rebelando-se ou aliando-se, adotaram, ao longo da história, uma postura que possibilitou avanços em suas proposições e demandas.

Como resultado dessa postura política, os povos indígenas conquistaram em lei o direito de salvaguardar suas diferenças culturais, sociais, linguísticas e históricas. No campo educacional, foi instituído um conjunto de leis que definem e orientam a organização da educação escolar indígena, específica, diferenciada, bilíngue e intercultural como paradigma educacional para os povos indígenas do Brasil.

O ordenamento jurídico, em voga, orienta a educação dos povos indígenas, revestido com um caráter positivo. Todavia, isso não é o bastante para garantir sua materialidade, tendo em vista a evidência de um abismo entre a política e a realidade das escolas indígenas marcadas, sobretudo os equívocos conceituais envoltos à compreensão de uma proposta educativa que valorize o modo de ser de cada povo.

A educação escolar indígena diferenciada é um campo novo de pesquisa com forte acolhida na academia. Intelectuais com histórico de engajamento em causa indígena dão um caráter de militância aos trabalhos, resultando em formulações acríicas sobre esse novo modelo de escola para as minorias étnicas.

Existe produção que não consegue compreender a ideologia teórica, contida no interior dos paradigmas científicos e, finda defendendo uma ideologia camuflada dentro do discurso teórico. Nas entrelinhas das produções científicas constata-se um “otimismo romântico” que concebe a educação escolar indígena diferenciada como a solução para todos os problemas da sociedade indígena.

Por isso, é coerente afirmar que há um amadorismo em termos de filosofia da educação, pois o entendimento que alguns intelectuais ainda defendem é de uma “educação redentora”, no sentido empregado por Luckesi (1992).

Compreende-se dessa forma, a existência de uma corrente de expertise dedicada a pesquisar a educação escolar indígena diferenciada para assessorar as esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e as políticas públicas no campo educacional dos grupos étnicos do Brasil, o que explica a insistente defesa da educação escolar indígena diferenciada por alguns dos intelectuais.

Para os Tikuna, sujeitos deste estudo, a escola apresenta-se como um todo, um complexo de negociações entre os atores sociais envolvidos e as forças que a circundam. Ao mesmo tempo, constitui-se como um elemento de aproximação e apropriação com os mundos “brancos”. Além de, um forte instrumento estratégico na luta pela sobrevivência, colaborando com o fortalecimento da sua identidade étnica e para uma melhor interação com a nova realidade social, política e econômica.

Analisando a educação escolar do povo Tikuna, observa-se que em termos de estrutura das escolas, organização do processo ensino aprendizagem, formação e atuação dos professores e tempo escolar, em nada difere da Educação Escolar Nacional.

Embora seja objeto de crítica, o projeto de educação que assume um caráter hegemônico se faz presente nas ações dos sistemas de ensino, trazendo à tona um problema antigo, que é a dificuldade de lidar com a diversidade social.

Pelo exposto, se faz uma consideração, se não pessimista, ao menos realista, de que essa educação diferenciada, por conta dos equívocos tem sido um problema, tendo em vista que não tem contribuído para uma adequada formação acadêmica.

Sabe-se dos desafios, da complexidade e do longo caminho que está por vir. Mas, por outro lado, se tem convicção da necessidade de novas reflexões e outras práticas educativas que venham favorecer transformações significativas.

Almeja-se que cada grupo social, professores, alunos e comunidade em geral tenham

um processo educativo que favoreça uma vida com a qualidade para viver em uma sociedade global, plural, justa, democrática, inclusiva e tolerante, sobretudo que as diferenças sociais convivam com base no respeito mútuo e na igualdade de condições.

Essa consideração subsidia a presente defesa, que elege uma posição de questionamento do universalismo em detrimento da especificidade e, a possibilidade de uma postura pedagógica diferenciada de enfoque separatista, porque nega o universal, com uma proposta que resguarde o respeito às diferenças e à igualdade como mecanismos de luta contra as desigualdades.

Nesse sentido, se convence e por isso não adote a defesa de uma educação diferenciada, porque primeiro não se acredita na possibilidade de educação escolar diferente, especificamente indígena. A escola em qualquer lugar do mundo vai configurar-se como um tipo de educação – formal – porque se não for assim ela passará a ser informal. O que se defende nesta discussão, não é uma escola hegemônica, mas outro debate no campo da didática.

A educação escola indígena diferenciada é palavra de ordem no universo indígena e indigenista, mas, na prática, constatamos que a educação escola indígena diferenciada, não existe, nem na forma das políticas educativas, tampouco, na realidade das escolas Tikuna do Alto Solimões - AM.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Resolução n. 05.** Brasília. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2012.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Educação escolar Indígena no século XX: da escola para os índios à escola específica e diferenciada.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil.* Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2005.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa e revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora da UNB, 1991.